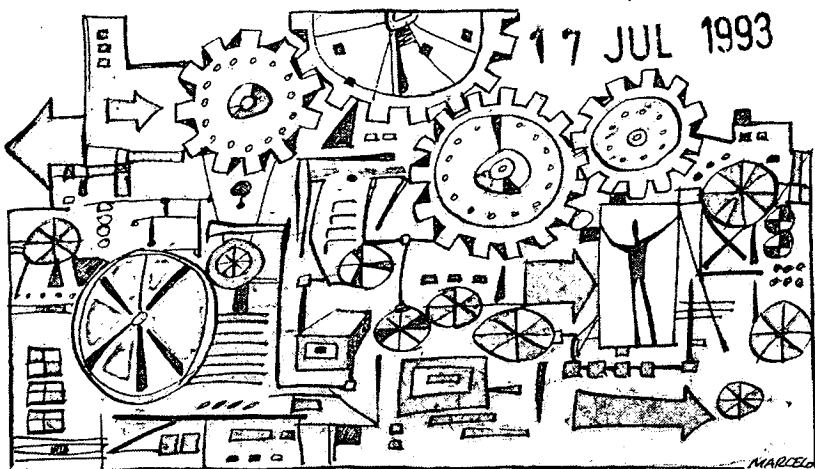


O sistema

17 JUL 1993



Muita gente se pergunta o que faz cada equipe econômica que entra trilhar mais ou menos a mesma vereda que as outras. Vereda constituída, de um lado, por uma fieira de concessões, que se tornam possíveis porque as restrições e os padrões — ou metas — originalmente estabelecidos vão sendo rebaixados, para permitir conciliar necessidade técnica e realismo político. De outro lado, pelo encurtamento progressivo das opções de política. O resultado é previsível: ou a equipe sai, ou é forçada a recorrer a um tratamento de choque, de efeitos superficiais, que alivia os sintomas da crise e, ao mesmo tempo, torna mais difícil implementar soluções mais profundas e definitivas. É uma questão importante e inquietante.

Há um sistema inflacionário em operação no Brasil. As equipes econômicas têm sido prisioneiras dele, não porque escolhem assim, mas porque as engrenagens do sistema são muito poderosas e transcendem o prestígio, a influência e a qualificação do grupo ou de qualquer de seus membros em particular. Um sistema viciado em tratamento sintomático, que elide o principal. A primeira concessão, os formuladores da política econômica iniciam uma viagem sem retorno, rumo aos objetivos definidos pela lógica dele e não mais por seu próprio plano estratégico.

É a estrutura de relações embutida na economia política do país que determina o comportamento dos agentes. Desta forma, não adianta culpar os bancos, o Estado, os oligopólios, os trabalhadores ou o Congresso. Romper com a lógica do sistema envolve um movimento contra-intuitivo, que evite energizar os mecanismos de reforço recíproco que atendem ao sistema, à custa da gradual e continuada deterioração das condições sócio-econômicas gerais.

O primeiro movimento contra-intuitivo é reduzir, ao invés de aumentar a dosagem dos tratamentos sintomáticos. O Plano Collor I, por exemplo, optou por uma overdose heterodoxa e uma dose defasada dos remédios estruturais principais e terminou reforçando a dinâmica do sistema inflacionário.

A inclinação da atual equipe econômica parece ser recorrer ao máximo de remédio clássico logo e ao mínimo indispensável de heterodoxia, o mais tarde possível. Quanto menor for a dose do remédio ortodoxo possível — e teria que ser fiscal e monetário — maior será a dose de heterodoxia necessária.

O segundo movimento se refere à falácia do democratismo. Não existe plano de estabilização viável pontualmente negociado com o Congresso. É importante que os contornos e os limites do programa sejam negociados — na linha de uma legislação autorizativa e condicional — **loi cadre**, como dizem os franceses. Mas negociar ponto por ponto a estabilização é fazer o jogo do sistema, que obriga à arbitrariedade final que é o choque na madrugada, por medida provisória, aprovada ou rejeitada a **posteriori** pelo Congresso, de acordo com a conveniência do momento. Se a opinião pública estiver gostando, aprova. Se não, rejeita. Foi o democratismo, e não a democracia, que permitiu que PT e PPR votassem solidários a mesma lei salarial. Evidentemente, PT e PPR em nada concordam. É uma coalizão artificial, movida por objetivos totalmente divergentes. O democratismo é falsamente convergente e efetivamente desorganizador. Quanto mais democratismo, maior a ameaça à democracia, pois a deterioração econômico-social decorrente desacredita as instituições da própria democracia.

A estabilização requer um plano estratégico, com metas rígidas — flexível é a inflação — a ser implementado de acordo com um cronograma tecnicamente coerente, ainda que politicamente calibrado. O cronograma, não as metas. Para estabilizar democraticamente, é preciso que o Executivo possa exercer, por delegação, poder decisório compatível à gravidade e complexidade do problema. É diferente da defesa que alguns fazem do arbítrio da tecnocracia econômica. Trata-se de negociar com o Congresso regras e delegação de autoridade, em lugar de negociar medidas, à custa de sua coerência técnica e sua eficácia estratégica.

O terceiro movimento está relacionado à carga desproporcional de energia dedicada ao curto prazo e às

crises diárias que pipocam em todos os lugares, sempre a exigir a atenção da cúpula da equipe econômica. Como tudo tem consequências trágicas, custos enormes e prioridade absoluta — aos olhos dos interessados — não sobra espaço na agenda para cuidar do principal. Pior, os remédios mais eficazes e definitivos, que atacam o mal pela raiz, só dão resultados a médio prazo, exigem um lapso de tempo. Como na dor de cabeça: toma-se a aspirina e se espera que ela faça efeito. Não se vai continuar tomando novas doses, até a dor passar, porque overdose, mesmo de aspirina, acaba matando. No Plano Cruzado, houve reunião de ministros até para discutir escassez de fralda descartável. Cair na armadilha do varejo burocrático também implica perder a visão estratégica e tornar-se prisioneiro do sistema.

É preciso, também aqui, ser contra-intuitivo: ao invés de dedicar mais tempo a dar soluções inadequadas aos milhares de problemas picados, definir um número pequeno de questões, que seja manejável e que dê resultados, ainda que modestos, mais rapidamente. Assim, elimina-se a sensação de fracasso porque o remédio principal demora a funcionar, colecionando pequenas, porém significativas, vitórias cotidianas. Isto só é possível se a equipe é efetivamente capaz de se ater a esse conjunto menor e mais significativo de assuntos. O resto é preciso saber delegar.

O sistema é muito forte. É mais fácil vê-lo operar de fora do que de dentro da máquina. A pressão é enorme. Mas resistir é preciso. Em um país em que as prioridades se amontoam e se anulam, é fundamental perseguir obstinadamente as metas fixadas, manter pelo menos um dos olhos na linha do horizonte e tentar não tropeçar nas pedras do caminho.